



Uema

CAMPUS
BARRA DO CORDA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS BARRA DO CORDA
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS DE
LÍNGUA PORTUGUESA

RONEY DA SILVA COELHO

A ABORDAGEM TEÓRICA DA “NOÇÃO”: uma descrição e reflexão

BARRA DO CORDA
2024

RONEY DA SILVA COELHO

A ABORDAGEM TEÓRICA DA “NOÇÃO”: uma descrição e reflexão

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Letras Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, Campus Barra do Corda, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Isael da Silva Sousa

BARRA DO CORDA
2024

Coelho, Roney da Silva

A abordagem teórica da “noção”: uma descrição e reflexão. / Roney da Silva Coelho. – Barra do Corda, MA, 2025.

30 f

TCC (Graduação em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa) - Universidade Estadual do Maranhão, Campus Barra do Corda, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Isael da Silva Sousa.

1.TOPE. 2.Noção. 3.Construção de sentido. 4.Enunciado. I.Titulo.

CDU: 801.73

RONEY DA SILVA COELHO

A ABORDAGEM TEÓRICA DA “NOÇÃO”: uma descrição e reflexão

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Letras Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, Campus Barra do Corda, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa.

Aprovado em 20 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Isael da Silva Sousa (Orientador)

Doutor em Linguística
Universidade Estadual do Maranhão

Albano Dalla Pria

Doutor em Linguística e Língua Portuguesa
Universidade do Estado de Mato Grosso

Max Mateus Moura da Silva

Especialista em Linguística
Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 A NOÇÃO NA TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS .	6
3 UMA DESCRIÇÃO DO TRATAMENTO DA NOÇÃO EM PESQUISAS SUBSIDIADAS PELA TOPE.....	10
3.1 A unidade linguística FACA	11
3.2 A unidade linguística FALSO.....	14
3.3 A unidade linguística RUIM.....	18
3.4 A unidade linguística LEGAL	22
3.5 Síntese conclusiva	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

A ABORDAGEM TEÓRICA DA “NOÇÃO”: uma descrição e reflexão

Roney da Silva Coelho

Resumo: como base a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), do linguista francês Antoine Culioli (1990, 1999b) e os estudos de seus sequenciadores como, por exemplo, Rezende (2000), Romero (2000), Pria (2009) e Franckel (2011), buscamos explicitar como o conceito de noção é mobilizado em quatro pesquisas que trabalham, em um contexto enunciativo singular, a construção de sentidos das unidades linguísticas FACA (Francisconi, 2021), FALSO (Pria, 2018), RUIM (Lima, 2019) e LEGAL (Pereira Lima, 2019). O conceito de noção na TOPE é um aspecto fundamental para a compreensão dos processos de significação e construção de sentido na linguagem. Com vistas à compreensão da abordagem teórica do nosso objeto de estudo, a noção, buscamos pesquisas baseadas na teoria de Culioli para refletir o modo que pesquisadores brasileiros mobilizam esse conceito, logo, a metodologia adotada é bibliográfica e, portanto, em nenhum momento realizamos análises de unidades linguísticas. Os resultados da nossa pesquisa aludem ao que se iguala, difere e ao que se repete no modo como os autores trabalham a noção para construir os valores referenciais das unidades linguísticas FACA, FALSO, RUIM e LEGAL do português brasileiro.

Palavras-chave: TOPE; noção; construção de sentido; enunciado.

1 INTRODUÇÃO

A noção é em si própria indizível, sendo apreendida senão através das realizações particulares que são suas ocorrências (Franckel; Paillard, 2011, p. 92).

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (doravante TOPE), que é a égide deste trabalho, propõe que a NOÇÃO¹ é em conjunto (feixe) de propriedades físico-culturais, ou seja, um sistema complexo de representação das propriedades cognitivas. Ela está situada na articulação do linguístico com o extralinguístico, desse modo, uma noção está continuamente sendo elaborada, por intermédio de um processo constante de regulação, até mesmo aquelas que são tidas como estabilizadas dentro de uma comunidade linguística (Culioli, 1990, p.50). Conforme a epígrafe que abre esta seção, a NOÇÃO é apreendida somente por meio de uma ocorrência linguística, que consiste na realização particular de uma NOÇÃO sobre a forma de linguagem.

¹ No decorrer deste trabalho registramos NOÇÃO em maiúsculo com intuito de explicitar que não se trata de um suposto “sinônimo” de conceito, mas se refere a um dos construtos teóricos da TOPE.

Neste trabalho objetivamos descrever e realizar uma análise comparativa acerca da maneira como linguistas brasileiros mobilizam o conceito de NOÇÃO ao realizarem suas investigações a respeito das variações semânticas de unidades linguísticas do português brasileiro. Por meio desta pesquisa, ainda e, principalmente, ambicionamos iniciar o nosso processo de apropriação da TOPE com vistas a nossa formação científica e a produção de conhecimento.

Realizamos uma pesquisa de caráter bibliográfico que “implica em um conjunto de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (Lima; Míoto, 2007, p. 38). Seleccionamos quatro pesquisas de linguistas brasileiros que investigaram o funcionamento semântico-enunciativo de unidades linguísticas do português cujo suporte teórico e metodológico é a TOPE.

Logo, esta pesquisa se justifica por apresentar de maneira comparada a mobilização do conceito de NOÇÃO em pesquisas linguísticas sustentadas teoricamente pela TOPE. Acreditamos que a pesquisa contribui para o campo dos estudos linguísticos enunciativos por constituir-se como um material de apoio para estudantes/pesquisadores iniciantes que queiram aprender o processo analítico de uma teoria enunciativa como é a TOPE.

Este artigo está dividido em duas seções. Na primeira seção construímos o cenário teórico e na segunda descrevemos o tratamento da noção em pesquisas culiolianas. Ressalte-se que a segunda seção é subdividida em cinco subseções, as quatro primeiras descrevendo as pesquisas sobre as unidades FACA, FALSO, RUIM e LEGAL, respectivamente, e a quinta subseção uma síntese conclusiva sobre a abordagem teórica da NOÇÃO nas quatro pesquisas.

2 A NOÇÃO NA TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS

Tal conceito [da noção] é de importância ímpar por trazer à tona reflexões que emergem num nível que antecede o do signo linguístico, pois é um nível anterior à representação linguística, o lugar do esforço que o homem faz para dar matéria às suas representações mentais por meio dos arranjos léxico-gramaticais (Cumprí, 2011, p. 2814).

A NOÇÃO se mostra relevante para linguistas que trabalham em uma perspectiva construtivista por operar em um nível anterior a formalização dos signos linguísticos. É por meio da NOÇÃO que realizamos a mediação entre o nível cognitivo e o linguístico, é nesse processo que transformamos as representações mentais abstratas (as NOÇÕES) em arranjos léxico-gramaticais, os enunciados (a materialização das NOÇÕES) (Cumprí, 2011).

A TOPE rompe a visão da comunicação como mera transmissão de informações entre “emissor” e “receptor”. A teoria explicita as especificidades da comunicação humana. A linguagem é tomada como uma atividade cognitiva dinâmica em que o enunciado é o resultado de um conjunto de operações que simbolizam a experiência e intenção do enunciador, representando uma construção única, que é o resultado da complexa atividade de produção de sentido.

A NOÇÃO envolve dimensões variadas da experiência humana. Culioli (1999b, p. 9) apresenta a NOÇÃO como um “feixe de propriedades físico-culturais que nós apreendemos por meio de nossa atividade enunciativa de produção e de compreensão de enunciados”. O “físico” relaciona-se à interação direta com o mundo por meio dos sentidos, enquanto o “cultural” diz respeito às convenções, hábitos e representações sociais que estruturam nossa compreensão de mundo. Essas propriedades são aprendidas numa dinâmica enunciativa em que o sujeito atua e é influenciado pelo mundo, assim o processo de construção da significação é profundamente situado e dependente das características físicas e convenções culturais que vigoram.

A NOÇÃO que mobilizamos, ao produzirmos e interpretarmos enunciados, “de um lado, trata-se de uma forma de representação não linguística”, porque ela é anterior a esse acontecimento, “ligada ao estado de conhecimento e à atividade de elaboração de experiência de cada pessoa”, em que o indivíduo constrói a representação do seu conhecimento empírico e, de outro lado, “é a primeira etapa de uma representação metalinguística” (Culioli, 1999b, p. 8-9), porque é no nível da representação mental (o da NOÇÃO), que o sujeito realiza inconscientemente uma série de operações cujo produto final se mostra no enunciado.

Ao situarmos a NOÇÃO em um nível que não é acessível diretamente, o da representação mental, ela se torna acessível pela ocorrência do material linguístico, isto é, pelo emprego das unidades linguísticas que marcam a sua presença. Contudo, não existe simetria na relação entre NOÇÃO e unidade linguística. Todo termo de uma língua natural relaciona-se a uma quantidade de propriedades físico-culturais, mas ele não representa a NOÇÃO tal como ela é (Cumpri, 2011).

A ocorrência de uma NOÇÃO pode ser vista numa inter-relação fenomenológica, linguística e metalinguística. No plano fenomenológico, as ocorrências referem-se a presença de objetos que nós nos relacionamos desde a infância, essas ocorrências aprendidas culturalmente se referem a um universo de objetos ou inter-relações rígidas de objetos.

Já na inter-relação no plano linguístico, as ocorrências são as responsáveis em materializar as construções das propriedades do objeto (que se quer referir) com vistas a sua

manipulação e representação adequada segundo seu contexto cultural. Ou seja, as ocorrências linguísticas constroem o acesso ao sistema complexo de representação de propriedades físico-culturais (a NOÇÃO). As NOÇÕES são apreendidas por intermédio das ocorrências. Na análise metalinguística de ocorrências, considera-se os valores que se fazem presentes e o que os diferenciam (Culioli, 1990).

As ocorrências são constituídas pelas formas linguísticas, que são os marcadores de operações (os termos de um enunciado). Os marcadores são a materialização das representações de uma NOÇÃO, também são por eles que o linguista pode meta-representar as operações mentais realizadas na passagem das representações nocionais para as representações linguísticas. Esse plano em que ocorre essa passagem do mental para o linguístico, referindo a um referencial e colocando em forma a NOÇÃO, é a chamada quantificação, que está no nível metalinguístico.

Segundo Cumpri (2011), uma NOÇÃO presume uma sequência de determinações que prevê duas formas para a sua caracterização:

- Uma referenciação criada pelo enunciador como uma ramificação de sentidos decorrente de relações internocionais;
- E a referenciação das propriedades físicas, culturais e antropológicas interrelacionadas se referindo a multiplicidade de virtualidades (domínio nocional).

Os domínios nocionais, de um modo geral, “são construídos por ocorrências abstratas de uma noção, sendo que cada ocorrência possível e imaginável é intercambiável e identificável com outra ocorrência qualitativamente identificável” (Cumpri, 2011, p. 2818). O falante exerce a atividade de classificar e tipificar uma ocorrência de uma NOÇÃO, mas isso não quer dizer que essa atividade será realizada por todos de uma dada comunidade. Logo, as ocorrências são identificáveis e não idênticas umas com as outras (Cumpri, 2011).

Segundo Culioli (1990, p. 181 – 182), efetuamos três operações simultaneamente na construção de ocorrências abstratas de uma NOÇÃO:

- 1) Constroem-se ocorrências abstratas e individuais;
- 2) Constrói-se um centro organizador (que é dual: tipo e atrator), é a partir dele que se define qualquer outra ocorrência da noção;
- 3) Constrói-se um gradiente, como um recipiente de atração em que o valor absoluto da noção é central e à medida que a ocorrência se afasta do centro, o valor relativo de P (propriedade) diminui. É o chamado domínio nocional onde domina-se nocionalmente os valores das ocorrências por meio de identificação e diferenciação.

São essas ocorrências partindo de um mesmo centro organizador que possibilitam a constituição do domínio nocional, que é formado por um interior (contendo um centro atrator/organizador), uma fronteira, e um exterior. De acordo com Culioli (1990, p. 50), “o domínio nocional é o domínio das ocorrências de uma noção, isto é, consiste em uma classe de ocorrências estruturadas a partir de um centro organizador”.

O domínio nocional evoca a ideia de conteúdo de pensamento, onde reúne e relaciona os objetos de conhecimento para verdadeiramente representar uma relação particular entre eles, a relação sempre é a escolhida pelo enunciador. Com isso, temos um esquema em que objetos são escolhidos, propriedades lhes são atribuídas, e finalmente o conjunto é composto, organizado e estruturado. Conforme a delimitação de uma certa composição de significados em relação a outras não delimitadas, temos, então, “fronteira, interior e exterior de um domínio. Tudo isso é focalizado em direção a um ponto de vista cognitivo, em direção a uma espécie de centro do domínio, que será o alto grau da noção” (Rezende, 2000, p. 104).

O domínio nocional, tendo como parâmetro uma topologia de identificação e diferenciação, realiza a caracterização de diferenciação das ocorrências submetendo-as ao gradiente de distanciamento em relação ao seu centro organizador, para localizar as ocorrências de uma noção abstrata (materializada pelos marcadores) ou no interior, ou na fronteira, ou no exterior do domínio (Culioli, 1990).

É o centro atrator que organiza a construção sintática das ocorrências constituídas pelos marcadores ao representar uma noção, o gradiente orienta em um domínio nocional essa representação em graus fazendo orientações para o centro, ou orientações que se afastam desse centro. O gradiente é o responsável em organizar um dado número de ocorrências em conformidade a um dos centros, aproximando ou distanciando a representação desse centro dos demais.

A fronteira é o intervalo ou campo vazio entre duas propriedades (p e p' , p e não p etc.). Um dos centros que essa fronteira abstrata circunda é o interior de uma noção, sendo tudo aquilo que é construído ao redor do alto grau da noção (p é verdadeiramente p , o prototípico, o tipificado). E o exterior dessa fronteira, é tudo aquilo que o interior não é igualmente prototípico e tipificado (p é contrário de p' , p é antônimo de p etc.) (Cumprì, 2017, p. 183).

Passemos, na sequência, para a próxima seção.

3 UMA DESCRIÇÃO DO TRATAMENTO DA NOÇÃO EM PESQUISAS SUBSIDIADAS PELA TOPE

Vamos, a partir de agora, apresentar a nossa descrição e análise de quatro pesquisas do funcionamento semântico-enunciativo de unidades linguísticas subsidiadas pela TOPE e selecionadas para este estudo. A seleção de apenas quatro pesquisas decorre do fato do presente trabalho ser um artigo que, conseqüentemente, não admite um texto mais extenso, o que desconfiguraria o gênero textual. As pesquisas selecionadas têm em comum o fato de que todas mobilizam o construto teórico NOÇÃO e foram publicados entre os anos de 2018 e 2021 (recentes) em formato de capítulo de livro e artigo científico. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 01: identificação das quatro pesquisas investigadas neste artigo.

Autor (a) Coautor (a)	Título	Vínculo institucional (Ano de publicação)
Albano Dalla Pria, Taisir Mahmudo Karim	A determinação semântica de falso como gesto de dúvida (modalidade) e de bloqueio (alteridade) no acontecimento enunciativo.	Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT (2018).
Maria Auxiliadora Ferreira Lima	O sentido em uma abordagem construtivista: buscando a identidade da unidade lexical ruim.	Universidade Federal do Piauí - UFPI (2019).
Francisco de Assis Pereira Lima	Um estudo semântico-enunciativo da marca legal no português brasileiro: identificando a invariância nas variações.	Universidade Federal do Piauí - UFPI (2019).
Leonam Francisconi, Marcia Romero	Questões sobre o funcionamento semântico-enunciativo de <i>FACA</i> : por uma abordagem não referencial do substantivo.	Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (2021).

Fonte: elaborado pelo autor.

A metodologia adotada nesta pesquisa é bibliográfica, portanto, em nenhum momento ocorreu análise de unidades linguísticas. Em termos de procedimentos metodológicos, após a seleção dos textos apresentados no quadro anterior, foi feita a descrição desses trabalhos e, ao final, realizada uma análise comparativa e interpretativa dos textos explicitando em que medida se igualam, diferem e o que se repete no modo como os pesquisadores mobilizam a NOÇÃO em suas pesquisas com as unidades linguísticas *FACA*, *FALSO*, *RUIM* e *LEGAL* do português brasileiro.

Passemos, a seguir, para a descrição da pesquisa desenvolvida por Francisconi e Romero (2021).

3.1 A unidade linguística FACA

O texto “Questões sobre o funcionamento semântico-enunciativo de FACA: por uma abordagem não referencial do substantivo”, escrito por Francisconi e Romero, trata-se de um artigo publicado na revista *Traços de Linguagem* em 2021. O objetivo principal da pesquisa consiste em desconstruir a ideia da tradição lógico-gramatical de que o substantivo é uma classe cujo “o potencial de referência está relacionado a um semantismo que lhe é próprio”, logo FACA, nessa perspectiva, “é um objeto semanticamente constituído” (Francisconi; Romero, 2021, p. 47).

Francisconi e Romero (2021) criticam as abordagens tradicionais ao ensino do substantivo que priorizam o valor referencial, descrevendo que as representações mentais dos falantes sobre um referente divergem, elas podem ou não partilhar as mesmas características do mesmo referencial. São expostas questões filosóficas para compreender aspectos da linguagem que valida a deficiência da abordagem referencial do substantivo.

O artigo estrutura-se em quatro tópicos. No primeiro, “Considerações preliminares a respeito da referência”, são apresentadas duas definições de substantivo e seus problemas: a “palavra que nomeia seres em geral e qualidades, ações ou estados” seria “deveras lacunar” por ter “tendência mais filosófica do que propriamente linguística”; ou que tal classe faria designações genéricas e específicas de seres em geral, a deficiência estaria nos parâmetros para generalizar devido as características de um referente não ser unânime entre os falantes.

No tópico, “O problema da referenciação”, dissertam sobre a função referenciadora que “estabelece três ordens de classificação baseadas no potencial de referência, relacionado à extensionalidade dos substantivos, ou seja, na sua capacidade de denotar classes” e apontam falhas nesses estudos, porque “se fala em potencial referencial, mas não em potencial significativo” (Francisconi; Romero, 2021, p. 50).

“A Teoria das Operações Enunciativas e Predicativas”, nesta seção os autores discorrem sobre a teoria de Antoine Culioli como uma nova ferramenta para a compreensão do funcionamento das unidades lexicais. Iniciam a análise da unidade FACA com:

- 1) *Ela passa a faca como se fosse fatiar o peixe inteiro.*
- 2) *A Netflix não gosta de perder dinheiro e passa a faca mesmo com séries com um bom número de defensores (não espectadores).*

Francisconi e Romero (2021), no primeiro exemplo, mostram que FACA é empregada no sentido de instrumento de corte (fatiar o peixe); no segundo enunciado, o sentido da mesma unidade direciona-se ao movimento de corte e não mais ao instrumento. Em (1), a classificação de substantivo concreto pode ser aplicada, mas em (2), tal classificação não se sustenta para definir a unidade linguística. “O referente é construído no e pelo enunciado, enquanto o sentido é nele estabilizado” (Francisconi; Romero, 2021, p. 53).

Após manifestar a problemática da abordagem referencial do substantivo e a teoria culioliana, Francisconi e Romero esboçam, na seção “Da teoria à prática na sala de aula”, duas atividades privilegiando a reflexão sobre a construção de sentido de vários enunciados através das relações de FACA com as demais unidades.

A primeira atividade consiste em “dispor em slides imagens, aos pares, de facas, canivetes, adagas, espadas, cutelo, lâmina etc., e convidar os alunos a refletirem sobre quais correspondem a facas e quais não correspondem e o porquê de isso ocorrer” (Francisconi; Romero, 2021, p. 54). Segundo os autores, após a reflexão do que caracteriza uma FACA, espera-se que os alunos saibam diferenciar os objetos, ainda que com base em experiências pessoais. É sugerido ao professor a construção de sentido pelos seguintes enunciados:

- 3) *Finalmente comprei uma faca.*
- 4) *Finalmente comprei uma faca de caça.*

O artigo indica indagações: “é possível inferir algo sobre o sujeito em (3)? E em (4)? Qual a diferença entre faca e faca de caça?” (Francisconi; Romero, 2021, p. 54). Com essa cena, Francisconi e Romero esperam que os alunos raciocinem que “de caça” delimita o tipo de faca e oferece sinais sobre o sujeito: uma possível ação feita por ele e o seu contentamento com o modelo adquirido. Outro questionamento: “quais características observáveis que *faca* apresenta que são exclusivas e não aparecem nem em espadas, nem em canivetes, adagas etc.?” Os alunos devem ter consciência de sua capacidade de diferenciar uma faca dos demais objetos sem visualizar todos os tipos de faca possíveis. “A própria vivência no mundo físico-cultural-afetivo em língua materna já comporta esse conhecimento” (Francisconi; Romero, 2021, p. 55).

A segunda atividade principia trabalhar “vídeos curtos ou *gifs* contendo cenas com faca que destaquem movimentos diferentes e específicos feitos com o instrumento e solicitar aos alunos que proponham legendas para esses vídeos baseadas em tais movimentos”, dessa forma, os autores pretendem “sensibilizar os diversos efeitos do uso do objeto no mundo empírico”.

Espera-se nas legendas “verbos ou descrições de desossar, cortar, separar, descascar [...]”. Com isso, projetam que os alunos possam “distinguir o movimento que gera os efeitos e os verbos que empregamos para referenciá-los” (Francisconi; Romero, 2021, p. 55). Para sistematizar a atividade dar-se os seguintes enunciados:

- 5) *Rita Lobo usa a faca para cortar os filés.*
- 6) *Rita Lobo usa a faca para fatiar os filés.*

Em (5) e (6) “há diferença entre *cortar* e *fatiar*? É possível dizer que uma gera pedaços e o outro fatias? É a mesma coisa?”. O texto apresenta esses questionamentos a serem feitos em sala de aula, a reflexão deverá deixar claro que ao alterar qualquer parte do enunciado ou usar um verbo em detrimento de outro, os sentidos da representação evocada por FACA mudam.

- 7) *Todo mundo voltou.*
- 8) *Todo mundo voltou com a faca no pescoço.*

Indica-se novos questionamentos, agora a respeito da “liberdade de escolha” implícita nas situações (7) e (8), direcionando os alunos a perceber se existe algum tipo de ameaça nos exemplos ou se o emprego de FACA estaria influenciando tais implicaturas.

- 9) *Todo mundo voltou com a faca na mochila.*

Em (9) “pode-se falar em alguma ameaça nesse enunciado? Aliás, há a representação de algum movimento sugerido por FACA?” (Francisconi; Romero, 2021, p. 56). O agenciamento de FACA as vezes pode evocar a representação de um movimento distinto da “ação” evocada pelo verbo, neste caso, “voltar” não sugere um movimento de faca. Por fim:

- 10) *Todo mundo sacou com a faca no pescoço.*

Os autores concluem a segunda atividade propondo uma reflexão ao alterar o verbo em (10) e (8) para medir o nível e o tipo de ameaça contida nos enunciados. E expandem a reflexão aos outros exemplos: incluindo os movimentos legendados, a relação entre o movimento de corte de FACA e uma ameaça e se o modo como as unidades interagem entre si influenciam a construção de sentido do enunciado.

Francisconi e Romero, afirmam que os exercícios “partem do conhecimento prévio e do lugar comum: o substantivo concreto enquanto representante do que é percebido pelos sentidos” (2021, p. 56), para depois direcionar os falantes a uma desconstrução da ideia de reduzir FACA em apenas um objeto.

No primeiro exercício foi esclarecido que a “noção” que um falante tem sobre FACA não é unanimidade. No segundo, foram exploradas as relações enunciativas, onde “o substantivo FACA constrói cenários em que só é apreendido pelo movimento que evoca”, sendo assim, distanciando-se do conceito de substantivo concreto que tradicionalmente o engessa. Os autores demonstram que a forma empregada tradicionalmente não consegue explicar fenômenos linguísticos e ratificam que as vezes em sala de aula o que mais importa são as discussões e reflexões direcionadas a compreensão “do porquê de ser a *linguagem* uma *atividade constitutiva*” (Francisconi; Romero, 2021, p.56).

3.2 A unidade linguística FALSO

Pria e Karim, no artigo científico denominado “A determinação semântica de FALSO como gesto de dúvida (modalidade) e de bloqueio (alteridade) no acontecimento enunciativo”, veiculado na revista *Linguagem – Estudos e Pesquisas*, sobre o funcionamento semântico de FALSO, objetiva constatar que “FALSO é marca da dúvida (modalidade) e do bloqueio (alteridade) à construção do termo *atestado de óbito*” (Pria; Karim, 2018, p. 287).

Segundo Pria e Karim (2018, p. 289), “a ciência moderna tem explicado (ou descrito) a realidade através de um conjunto restrito de categorias segundo o conceito aristotélico de classe”. Em objeção a esse pensamento, onde ou se está dentro ou fora desse espaço/classe, o conceito de “Domínio Nocial” é exposto para incluir, à abordagem científica, os objetos que não se enquadram na homogeneidade necessária ao sistema de classes.

A metodologia de análise do funcionamento de FALSO se dá pela regulação de “uma série de enunciados em família parafrástica”, para simular “através de processos hipotético-dedutivos, gestos controlados de deslocamento de posições mais ou menos fixas dentro de um espaço referenciável” (Pria; Karim, 2018, p. 290).

“A predicação lógica e os dilemas de gênese”, primeira seção, abordando brevemente os aspectos sobre a linguagem e a construção de sentido pela perspectiva da lógica. De acordo com o texto, o conteúdo necessita das línguas apenas para ser veiculado e não para significar. A lógica lida com a realidade física e abstrata dentro de uma realidade orgânica, o que pode resultar em um desentendimento no que diz respeito ao conceito de homogeneidade.

A seção, “A atividade epilinguística e o trabalho do linguista”, indica que “epilinguismo” alude à um trabalho de posicionar raciocínios subjacentes, traçando a atividade dos falantes através de formas que constroem e marcam sua presença no espaço referenciável visado pelas formas, que por sua vez evidenciam as invariantes na língua, oferecendo indícios das operações subjacentes. Logo, o trabalho do linguista é construir percursos que possibilitem alcançar esse saber.

“Processos enunciativos de funcionamento de FALSO”, seção onde estão distribuídas as famílias de enunciados em relação parafrástica, sustentadas pela contextualização explícita das intenções do sujeito enunciador, construindo um sistema de representação metalinguístico que indique o conteúdo formal da linguagem. De início:

- 11) Você pagou a indenização a Pedro pela morte da sua esposa?
- 12) Não! De jeito nenhum.
- 13) Por que?
- 14) Pedro me entregou um atestado de óbito falso.

Pria e Karim assumem um valor específico de “atestado de óbito”, interpretado a partir do diálogo acima formalizado e por sua ocorrência em (14). Os enunciados estão divididos em três momentos. No primeiro, situação zero ou “SIT0: determinação da orientação semântica”, é esclarecido as relações semânticas revelando o esquema de léxis <Pedro entregar o atestado-de-óbito>, para a articulação e manipulação dos enunciados.

- 15) Pedro me entregou um atestado de óbito por ocasião da morte da sua esposa.
- 16) Pedro não me entregou um atestado de óbito porque estava desconsolado com a morte de sua esposa.

“Os termos em construção, no nosso enunciado de partida, são *Pedro* e *atestado de óbito*” (Pria; Karim, 2018, p. 297). O enunciado (15) demonstra Pedro exercendo a propriedade de entregar *alguma coisa*, e atestado de óbito exercendo a propriedade de ser *alguma coisa* que pode ser entregue por alguém. Em (16), observa-se marcas que se referem a um possível bloqueio em relação à construção dos termos, no que diz respeito à validação de suas propriedades. Seguindo com enunciados em relação parafrástica:

17) Alguma coisa entregue por Pedro.

Tal construção, conforme o artigo, nos direciona à existência de *alguma coisa* em que sua maior determinação semântica é estar em um espaço referenciável, pela associação à um dos termos do léxico (Pedro). É posto que, o uso do termo *alguma coisa* decorre de uma analogia entre esse termo e as ocorrências da noção de atestado de óbito.

18) Pedro me entregou um atestado de óbito e tanto, é pena que sua esposa esteja morta.

19) Pedro nos trouxe um atestado de óbito sem valor algum, será mesmo que sua esposa está morta?

Em (18), conforme Pria e Karim (2018, p. 298), “as marcas de modalidade assertiva e de aspecto perfectivo (ausência de obstáculo) do contexto encaixante contribuem” para a adequação dos termos, mas em (19) nota-se obstáculos que deixam inserto essa adequação.

O segundo momento de análise do enunciado (14), “SIT1: determinação da direção dos termos”, trata do modo como são dispostas as unidades intencionando dar existência aos termos do enunciado. Vejamos:

20) [Há] Um atestado de óbito [que] foi entregue por Pedro [nosso conhecido] para alguém.

21) Pedro [nosso conhecido] entregou um atestado de óbito [há alguma coisa] para alguém.

Os autores declaram que as posições dos termos simbolizam a localização dos sujeitos no espaço referenciável. “Em (20), glosamos a posição do enunciador (S0) sobre co-enunciador (S2), antes mesmo que S0 se tenha feito locutor (S1), numa situação enunciativa” (Pria; Karim, 2018, p. 298). No plano dizível, enunciador e co-enunciador se igualam no conhecimento de *alguma coisa* sobre Pedro. Em (20), temos a projeção da imagem do S0 sobre S2.

22) Há alguma coisa, falemos dela.

Os autores reiteram o valor dessa tese, onde há o gesto da construção de uma existência fictícia de um enunciável, no enunciado (22). A unidade “há” emprega “alguma coisa” que posteriormente será predicada para estabilizar os termos dentro do discurso.

O artigo retorna ao enunciado (21), para dizer que o S0 sabe que o S2 sabe “alguma coisa” do S0 sobre Pedro, mas se S2 não souber, essa eventual diferença “não se coloca ou fica em segundo plano, pois, vindo a se colocar, pode construir algum bloqueio à trajetória de determinação de um ENTREGADOR. Para tanto, não se questiona a identidade de *alguma coisa* enquanto “ENTREGADO” (2018, p. 299).

23) O Pedro então nos entregou um atestado de óbito? Conta outra. De onde ele tirou um atestado de óbito?

24) Foi emitido com rapidez o atestado de óbito que Pedro nos entregou [um atestado de óbito]

Pria e Karim, analisam os enunciados (23) e (24) retornando ao (21), onde o termo atestado de óbito tem um certo modo de existir, a partir desse modo, a ocorrência de “alguma coisa” em (21) pode ser questionada a “nível das relações enunciativas quer para ser colocado em dúvida, como em (23) quer para ser (24). S0 constrói a existência do enunciável sob um gesto que abstrai dessas posições” (2018, p. 299). Ou seja, na dimensão enunciativa o enunciado (23) dá margem para que a construção do termo atestado de óbito seja questionada quanto a sua veracidade, em contrapartida isso não ocorre em (24).

Segundo Pria e Karim (2018, p. 300), “toda invariante não-ainda formalizada em relação a uma situação singular (Sit), através de formas interpretáveis de uma língua dada, é suscetível de deslocamentos dentro de um espaço referenciável”. Por essa possibilidade de dizer “outra coisa” ao invés daquilo que se estava intencionado referenciar, a análise de (14) é fechada com “SIT2: determinação da estabilidade intersubjetiva”. Neste último momento, são abordados os ajustamentos das situações anteriores frente a um contexto discursivo.

Pelas conjecturas realizadas, é dito que FALSO marca o trabalho do sujeito para passar o modo de ser de *alguma coisa* (esboçado em SIT0 e projetado em SIT1) para outro modo de ser (o mesmo que a SIT2 lhe assegura). FALSO manifesta um deslocamento de sentido: o enunciador parte de uma orientação semântica inicial (SIT0), realiza ajustes na direção dos termos (SIT1) até alcançar um estado de entendimento comum entre os sujeitos (SIT2).

Nas considerações finais, menciona-se uma pesquisa sobre a gramática brasileira envolvendo 11 autores que se apoiam no conceito aristotélico de classe, em todas as gramáticas o adjetivo indica qualidade. Diferindo da tradição lógico-gramatical “observamos, na prática de construção de significação, que FALSO é marca da dúvida e do bloqueio à construção do termo atestado de óbito, na trajetória da construção do enunciado” (Pria; Karim, 2018, p. 302).

3.3 A unidade linguística RUIM

O primeiro capítulo do livro “Unidades lexicais: identidade e variação em uma dinâmica de interação”, trata-se de um trabalho da pesquisadora Maria Auxiliadora Ferreira Lima, titulado “O sentido em uma abordagem construtivista: buscando a identidade da unidade linguística ruim”, onde ela nos apresenta aspectos da TOPE e investiga a identidade da unidade linguística RUIM através dessa abordagem semântica construtivista do sentido.

Surge o tópico “Noção”, fala-se da concepção desse conceito e como Antoine Culioli concebe a linguagem. Segundo Lima, a noção “manifesta-se sob a forma de linguagem, por meio de uma ocorrência que representa a passagem da imaterialidade da noção para a materialidade. É através dos enunciados que a noção é apreendida” (2019a, p. 11).

Em “Abordagem construtivista do sentido”, associa-se o construtivismo a construção de sentido pelo viés da TOPE, afirmando que sentido de RUIM se constrói segundo sua função em cada enunciado. O tópico “Cotexto e Contexto”, fala que “o cotexto diz respeito ao ambiente textual em que uma dada ocorrência se encontra, envolvendo também a construção sintática em que esta se insere”. Já o contexto extrapola o enunciado, associando-se à situação em que o enunciado é posto (Lima, 2019a, p. 14).

“Analisando a construção de sentidos da unidade lexical *ruim*”, aborda a classificação habitual de RUIM. “A ocorrência do adjetivo nos remete a uma noção associada a outra noção. Quando se pensa na noção de *ruim*, por exemplo, não se pensa na noção de ruim em si, mas associa-se essa noção a uma outra noção” (Lima, 2019a, p. 18).

25) José é ruim /está ruim

26) Este arroz é ruim / está ruim

27) Este sofá é ruim / está ruim

Segundo Lima, nomes próprios não remetem a uma noção em si, o adjetivo qualifica um indivíduo X chamado José. A noção de RUIM está vinculada à noção de indivíduo. Em 25, X carrega características avaliadas pelo SE como pertencentes a uma pessoa ruim. Em 26, o nome representa a propriedade de um alimento despertando uma sensação gustativa que leva o SE a qualificar arroz como ruim (2019a, p. 19). Expõem-se também, a relação de permanência e transitoriedade do sentido de ruim pelo emprego dos verbos ser e estar.

Em 27, “*sofá* desencadeia no SE uma sensação tátil que o leva a qualificar X como *ruim*, de qualidade não boa, por ser desconfortável, por exemplo. Essa sensação tátil leva o SE a dizer que o sofá é ruim em um enunciado como *Este sofá é ruim*” (Lima, 2019a, p. 20).

28) Pedro contratou um advogado *ruim*

29) Pedro comprou um livro *ruim*

30) Pedro comprou uma casa *ruim*

Ruim em posição posposta conduz uma subcategorização de Y. Em 28, há uma subcategorização de advogados bons e ruins, localmente ruim é sinônimo de incompetente. Situação idêntica em 29 e 30, ruim evoca uma representação do que vem a ser um livro e uma casa ruim. Possibilitando inferir que o livro é ruim por sua abordagem, e que a casa é ruim por seu tamanho, por exemplo.

“O adjetivo ruim posposto a nomes que desencadeiam uma propriedade”, seção em que os exemplos são divididos em propriedade sensória, de aferição, lúdica e *ruim* em construções preposicionadas. A autora inicia pela propriedade sensória:

31) O remédio é ruim

32) A comida *ruim* foi jogada fora

33) Este perfume é *ruim*

34) Este sofá é *ruim*

Os nomes de 31 a 34 despertam propriedades sensoriais para sua qualificação como ruim. Remédio desencadeia no SE a sensação de gosto ruim pelo sabor incompatível com seu paladar. Comida desencadeia a sensação de sabor desagradável por estar estragada, “jogada fora” contribui para isso, estragada pode substituir ruim. Perfume desperta uma sensação olfativa que faz o SE o qualificar como ruim. E sofá pela sensação tátil e visual, o SE inferi ser duro e de má qualidade o qualificando como ruim (Lima, 2019). Adiante, aferição:

35) Eu tirei uma nota *ruim* em matemática

De acordo com Lima (2019a, p. 22), “o nome *nota* como argumento 2 do verbo *tirar* desencadeia uma aferição decorrente da localização de nota em uma escala de valores”, a

posição de “nota” em uma zona inferior da escala se dá pelo agenciamento de ruim, por esse motivo, em 35, a unidade “baixa” pode substituir “ruim”. Seguimos com propriedade lúdica:

36) Pedro contou uma piada *ruim*

Segundo Lima, piada tem a propriedade de desencadear no outro a ludicidade risória, no entanto “uma piada ruim” (sem graça) impede essa construção. Sendo assim, “em um nível abstrato, o efeito lúdico de piada sofre um bloqueio, *ruim* marca esse bloqueio. Há uma desestabilização desse efeito lúdico” (2019a, p. 22). A seguir, construções preposicionadas:

37) José é *ruim* em matemática.

38) José é *ruim* de bola.

39) José está *ruim* de grana.

Em 37, José é localizado em relação a ruim em matemática, em seguida ruim é localizado em relação à matemática. Não simetricamente, a preposição relaciona X e Y, assim ruim em matemática funciona como localizador de José. O adjetivo não qualifica José como um ser ruim e sim seu desempenho em matemática, logo fraco pode substituir ruim. Em 38, “bola” indica o esporte que José é ruim. “Significa que X joga bola mal, *ruim* incide sobre a maneira como X joga bola”. Em 39, “X é localizado em relação a estar ruim de grana, ruim de grana qualifica o estado financeiro de X atuando sobre o domínio quantitativo” (Lima, 2019a, p. 24). A preposição altera o sentido, qualificando uma atuação específica de X (José) dentro de um dado campo ou estado de X (ruim em matemática, de bola, de grana).

40) José é magro de *ruim*

Magro é localizado em relação a ruim. José apresenta uma dada propriedade, magreza, que lhe é atribuída por ele ser ruim, “não se trata de X ser Y em relação a Z, mas de X ser Z por ser Y” (2019a, p. 24). Na situação, José come bastante e não engorda, essa ocorrência do adjetivo caracteriza uma forma de dizer do SE em relação a resistência de *José* para engordar.

41) O camelô é *ruim* para o comércio.

42) Limão é *ruim* para gastrite.

Localiza-se o camelô em relação a ser ruim para o comércio, e ruim em relação ao comércio, delimitando onde a atuação do camelô é ruim. Em 18, delimita-se onde o limão é prejudicial, sendo localizado em relação a ser ruim para gastrite. De 37 a 40, a qualificação de Y é interior a X, já nos exemplos 41 e 42 a qualificação transcende a X, sendo ruim em relação a algo externo (Lima, 2019a).

43) Eu fazer isso? É *ruim* hein!

44) É *ruim* hein. Que eu vou ficar em casa assistindo seriado. Me empanturrando de sorvete congelado. Chorando por alguém que não deu conta do recado (letra de música Até Ex Duvida – Day & Lara).

45) Deu *ruim*! Microsoft confirma erro no sistema de restauração do Windows 10 (Disponível em: <https://tudocelular.com/windows>).

46) Nosso mapa astral deu ruim (Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/tem-amor/deu-ruim.html>).

Segundo Lima, em 43 e 44, ruim predica uma modalidade avaliativa numa situação de intersubjetividade, a expressão sendo uma resposta do SE a um dado estado de coisa” (2019a, p. 25). Pela entonação e o conteúdo em 43, nota-se a impossibilidade de um possível pedido de desculpas acontecer. Como se no lugar de “é ruim hein!” fosse proferido “é impossível isso acontecer”. Em 44, a expressão “marca a resistência de X em sujeitar-se a uma dada situação” (2019a, p. 25). Em 45, “deu ruim” incide sobre a predicação que desestabiliza uma situação já constituída, o sistema de restauração do Windows 10. Em 46, a expressão desestabiliza uma situação esperada, um mapa astral favorável a um possível casal (2019a, p. 26).

Na seção “Forma esquemática” são postas duas possibilidades, considerando todo o trabalho realizado sobre a unidade linguística ruim. Para finalizar, declara que ruim não é invariavelmente a qualificadora diretamente do nome. O sujeito enunciador aprecia, avalia ou impõe um juízo de valor na construção da identidade de ruim. “Os enunciados analisados mostram que, em uma linha de abstração, a identidade da unidade lexical *ruim* configura-se pela negatividade, pela resistência e pela desestabilização” (Lima, 2019a, p. 27).

3.4 A unidade linguística LEGAL

O trabalho denominado “Um estudo semântico-enunciativo da marca legal no português brasileiro: identificando a invariância nas variações” escrito por Pereira Lima (2019), é o segundo capítulo do livro “Unidades lexicais: identidade e variação em uma dinâmica de interação”, o estudo propõe observar a atividade de linguagem para perceber sua contribuição na “construção de sentidos da e pela marca legal, originando sua estabilização semântica” (Pereira Lima, 2019, p.30).

O autor discorre sobre conceitos da TOPE para tornar conhecidos os alicerces do seu estudo, iniciando com a seção “Língua e linguagem: visão culioliana”. Segundo Pereira Lima (2019), na teoria, língua e atividade de linguagem trabalham juntas, a marca legal é uma unidade híbrida, tendo de um lado o mundo e as representações mentais e do outro a língua. A unidade legal terá o seu sentido estabilizado em uma dada configuração de enunciado, por meio das relações com as outras marcas agenciadas. O autor se dirige as unidades lexicais como “marca” ou “marcador”, devido elas remeterem a uma marca das operações mentais.

Em “O sentido para a TOPE: uma abordagem construtivista”, o autor nos comunica que a teoria de Culioli tem uma visão construtivista da linguagem e que ela é “uma forma de pensamento com propriedades específicas” em que sua ideia se opõe a de ser apenas um meio de tradução ou formatação do pensamento.

“A marca *legal*: etimologia e o dicionário”, neste tópico, o autor trata da etimologia da marca legal se valendo de dois dicionários e um site da internet, e mais dois dicionários para defini-la. Todos os sentidos da marca apontam “naturalmente traços em comum com o significado ‘original’, ou seja, ‘dentro da lei’, num sentido alargado, faz referência a algo positivo” (Pereira Lima, 2019, p. 36). Reafirmando a natureza físico-cultural do conceito de noção concebido por Culioli, o autor ressalta o início do uso da marca legal, nos anos 80, como “gíria de elogio” que conseqüentemente foi incorporado nos dicionários brasileiros.

Expõem-se em “Operações de quantificação e qualificação de uma noção”, que para estabilizar o valor de uma unidade numa situação singular, ela necessita ser submetida a um conjunto de operações que demandam modulações. A quantificação (QNT) para construir uma extensão da noção dessa unidade verificando uma determinada propriedade, e a modulação de qualificação (QLT) para atribuir qualidade ao termo cuja existência foi pré-construída (Pereira Lima, 2019). Essas modulações geram ocorrências que podem ser delimitadas e distinguidas uma das outras, e assim conferem a determinação semântica da noção.

“Dos aspectos metodológicos às análises”, neste momento, indica-se o caminho para a realização das análises, que se dará pela atividade de glosa e pela contextualização dos enunciados, onde serão identificadas as invariantes da marca legal que influenciam a construção de sentidos.

“Análises dos enunciados”, neste tópico, os enunciados são organizados por proximidade semântica, visando procurar nas diversas ocorrências e na diversidade dos usos da marca *legal* a sua identidade. No grupo 1, enunciados em que *legal* (em posição posposta) se vincula a um nome, logo, existindo um sintagma nominal de configuração X+*legal*. No grupo 2, estão os enunciados em que *legal* não se vincula diretamente a um nome, seja num sintagma nominal ou atribuindo a X uma qualidade. Isto posto, os primeiros enunciados:

- 47) Maconha **legal** está chegando ao Canadá e anima investigadores.
- 48) Amazônia **legal** concentra quase metade de toda água subterrânea potável do país.
- 49) O *Iphone* tem um *hardware legal*. Melhor que o sistema *Android*.
- 50) Esta não é uma roupa **legal** para você ir à missa.

Para Pereira Lima (2019), em 47, *legal* aciona um processo de qualificação sobre o nome maconha, em que o seu valor referencial se estabiliza como <ser uma droga lícita> e que pelo processo externo de legalização, ela se enquadra no interior de um domínio nocional de drogas lícitas como álcool e cigarro. *Legal* (Y) localiza maconha (X) no interior do domínio <ser lícito>, esse valor referencial é reforçado cotextualmente pelo uso do termo *investidores*, que contribui para a compreensão da qualificação de maconha como legal, representando que ela terá um caráter comercial. A glosa do autor: dada uma droga ilícita para consumo e comercialização, a maconha, e devido a sua legalização por legislação específica, consegue ser exportada legalmente com fins comerciais para outros países.

Em 48, *legal* atua em uma operação de quantificação sobre o nome *Amazônia*, sobre o qual é sabido que ela possui uma enorme extensão geográfica, no entanto constrói-se um valor de delimitação ao quantificar o nome *Amazônia* pela marca *legal*. “A *Amazônia legal* é a parte da Amazônia que possui grande quantidade de água potável, isto é, existe água potável em outras extensões do país, no entanto, a *Amazônia legal* detém quase a metade dessa água” (Pereira Lima, 2019, p.43). Na glosa, considerando a extensão territorial do bioma amazônico, existe uma parte dele que percorreu um processo de demarcação e depois proteção jurídica, portanto, dado como legalizado.

Conforme o texto, imaginemos o contexto de 48, em que existe uma área geográfica chamada Amazônia que tem água potável, e que a concentração de água potável em uma parte dessa área se sobressai em relação ao restante, essa parte é a que foi demarcada através de legislação se tornando a *Amazônia legal*. “Assim, essa área da Amazônia diferencia-se pelo caráter lícito e não pela presença ou não de água potável. Isso faz com que o nome Amazônia obtenha, no enunciado, um valor extensional pela presença da marca legal” (Pereira Lima, 2019, p.43).

Em 49, a natureza do nome qualificado (*hardware*) possibilita que percebamos *legal* qualificando o nome no âmbito da funcionalidade, o SE percebe uma diferença entre os sistemas operacionais de *iphones* e *androides* e os compara atribuindo valores, onde o primeiro seria mais funcional que o segundo. Cotextualmente, *hardware legal* se estabiliza como um *hardware* funcional, como um sistema operacional que satisfaz as expectativas de seus usuários (Pereira Lima, 2019). A glosa é: há dois sistemas operacionais em comparação, o SE valora os dois mostrando que um é mais funcional que o outro” (2019, p.44).

Em 50, “Esta não é uma roupa *legal* para você ir à missa”, temos, de acordo com o autor, uma operação de qualificação do nome *roupa* gerada pela marca *legal*, em que o valor de *legal* é construído cotextualmente. Existe a consciência empírica de que alguns modelos de roupas são considerados impróprios para eventos religiosos, como as missas. O nome *missa* sugere a construção do sentido de *legal* como *adequada*, *apropriada*, devido à noção <ser missa> aludir a um espaço religioso que exige uma vestimenta *adequada*, *apropriada*. A negativa *não* contribui na construção desse valor referencial (Pereira Lima, 2019, p.44).

O autor assinala uma glosa, “há um espaço em que é exigida certo tipo de indumentária. Frequenta-se esse espaço com um padronizado estilo de roupa. Há alguém que não segue esse padrão. Há um outro alguém que discrimina alguém que decide não seguir esse padrão” (Pereira Lima, 2019, p.44). Segundo o autor, assim se estabiliza um contexto para 50: duas pessoas estão prontas para ir à missa e uma delas ao observar a vestimenta da outra, se sustentando numa visão conservadora, afirma que usar tal roupa não é conveniente para frequentar a missa.

51) Andar de bicicleta na avenida principal agora é **legal**.

52) Fumar aqui não é **legal**.

Em concordância com o texto, existe uma construção modal em 51, em que o sujeito enunciativo faz uma avaliação positiva em relação a realização de uma dada ação, a de “pedalar

no parque”. Tal entendimento nos é apresentado pela forma em que as marcas estão agenciadas, entretanto, a marca *legal* indica valores referenciais que nos permite uma segunda leitura, com isso, constrói-se uma ambiguidade do valor semântico de *legal*. Posto isso, o texto apresenta a indagação: “*legal* é da ordem do aprazível ou da ordem do lícito?” (Pereira Lima, 2019, p.45). Por meio da relação cotextual, captamos que o uso da unidade *agora* sugere um valor temporal da ação de *pedalar no parque*, indicando algo sendo referenciado anteriormente. *Legal* na ordem do aprazível é mantido, porém constatamos questões aspectuais que se configuram como uma operação que possibilita o sujeito expor como ocorre o processo enunciativo, indicando outro valor referencial da marca. Segundo o texto, isso decorre da delimitação de uma fronteira estabelecendo uma zona à esquerda e outra à direita. A unidade *agora* colabora cotextualmente para a compreensão dessas zonas, onde o que não era, agora é. Dessa forma, o valor de *legal* na ordem do lícito (conforme a lei) também se constitui localmente, onde os nomes *avenida* e *principal* reforçam esse valor referencial.

O texto nos apresenta dois contextos discriminativos de 51. Sendo o primeiro, uma situação que alguém avalia a qualidade física atual da *avenida principal* comparando com o estado anterior. E o segundo contexto, tendo uma pessoa que sabia de uma legislação impedindo o trânsito de bicicletas na avenida principal e que agora essa legislação não tem mais efeito. O texto apresenta duas glosas para 51. A primeira em “que há uma avenida, que anteriormente não apresentava condições físicas para realizar a atividade de pedalar. Melhoradas essas condições, a avenida passa de não pedalável a pedalável” (2019, p.46). E a segunda glosa, “há uma avenida que anteriormente não era permitido a prática de pedalar. Havia uma proibição jurídica. Cessada tal proibição, a prática de pedalar foi liberada naquele espaço” (2019, p.46).

Em 52 o SE realiza uma apreciação do ato de fumar, em “fumar aqui não é legal”, dependendo do contexto requisitado para estabilizar o enunciado, há uma perspectivação ou não, onde o SE se constitui como origem. O autor indica uma ambiguidade em função dos elementos agenciados pelo SE, a ausência da marca *aqui* nos conduziria entender *legal* como qualificador do ato de fumar (ordem do aprazível), como não sendo legal para a saúde, por exemplo. Tal ato, por si só, não é ilícito (Pereira Lima, 2019, p.46). São dados dois contextos discriminativos, o primeiro referindo-se a uma situação em que B decide acender um cigarro no mesmo ambiente de A, que por sua vez não percebe ninguém fumando e repreende B o avisando que fumar no ambiente não é adequado, no sentido de uma situação constrangedora em que A e B passariam a estar. No segundo contexto, “uma situação em que A e B estão em um espaço que se enquadra na legislação que proíbe o consumo de cigarro. B, por

desconhecimento, decide acender um cigarro. A alerta B da proibição” (2019, p. 47). Com isso, somos capazes de aferir que na primeira situação “o SE constitui-se como origem do enunciado”, indicando que o ato de fumar é negativo. Já no segundo caso, a origem é que fumar em alguns lugares (os protegidos por lei) é considerado crime. No primeiro contexto Y localiza X na ordem do aprazível. E no segundo contexto, Y localiza X na ordem do jurídico.

Em “Identificando as invariantes processuais acionadas por *legal*: o esboço de uma forma esquemática”, *legal* possibilita a construção de sentidos diverso, e que constantemente o seu valor se estabiliza ou pela relação cotextual, ou por natureza semântica do nome diretamente vinculado a marca, ou pela percepção interna do SE sobre o nome localizado pela marca no enunciado. Antes, *legal* era somente a noção <ser legal>, e a sua lexicalização se dá por atividades processuais invariantes, numa atividade de linguagem. Ou melhor, “há uma regularidade que subjaz a variedade de uso de uma marca. E essa regularidade, por sua vez, é caminho para explicar a variedade de uso” (Pereira Lima, 2019, p.47). O texto expõe a forma esquemática para *legal*, “dada uma relação de localização entre X e Y, sendo Y o localizador de X, temos que Y localiza X numa linha de adequação a partir de uma dada realidade de X, sendo relevante também a natureza semântica de X e a percepção interna do SE sobre X” (2019, p.49). Deste modo, em uma dimensão qualitativa e quantitativa, Y age para desencadear uma alteração do estatuto de X.

Por fim, baseado nos enunciados de seu trabalho, Pereira Lima (2019) afirma que é predominante a operação de qualificação ativada por *legal* e, ademais, a construção do sentido de *legal* é influenciado pela natureza semântica do nome diretamente ligado a essa marca. Ainda menciona as construções modais, o surgimento de ambiguidades e o uso de contextos para estabilizar valores, assim como sintetiza as formalizações feitas para os seis enunciados analisados.

3.5 Síntese conclusiva

As semelhanças das pesquisas sobre as unidades FACA, FALSO, RUIM e LEGAL se dão em como os autores partem do princípio de que o sentido dessas unidades não é dado, pré-existente, e sim construído no interior do enunciado pelas relações das unidades umas com as outras. Nas pesquisas, o direcionamento dos sentidos das unidades se dá por um processo realizado no momento anterior às representações linguísticas, no âmbito das NOÇÕES, em que são feitas operações para relacionar as unidades linguísticas com as experiências e representações físicas ou culturais dos sujeitos. Dessa forma, as unidades linguísticas FACA,

FALSO, RUIM e LEGAL adquirem diferentes sentidos conforme a descrição de suas respectivas NOÇÕES pelas representações linguísticas que as materializam segundo o seu uso nas diferentes situações enunciativas perspectivadas pelos autores. Os trabalhos também têm em comum a crítica a abordagem da tradição lógico-gramatical que engessa as unidades linguísticas tanto em classes gramaticais quanto no que diz respeito a possíveis nuances semânticas, desconsiderando aspectos diversos na construção dos sentidos das unidades linguísticas.

Quanto às diferenças, Francisconi e Romero (2021), criticam a abordagem referencial dos substantivos, explicitando como o sentido de FACA varia em decorrência das relações com as outras unidades no interior do enunciado, uma vez que ora está se referindo a um objeto concreto, ora está se referindo a um movimento desse objeto. Os autores expõem duas possíveis atividades a serem realizadas, pelo viés da TOPE, para evidenciar as variações de sentidos de FACA conforme o seu uso representativo específico. Os pesquisadores formalizam a construção da NOÇÃO, na pesquisa, partindo do lugar tradicional e comum (FACA no interior do domínio) para depois desconstruir a ideia de reduzir FACA como um mero objeto.

Pria e Karim (2018) ao analisarem o funcionamento de FALSO, o fazem a partir da explicitação do processo constitutivo do enunciado que compreende um conjunto de relações imbricadas que são, em resumo, relações de natureza primitiva, predicativa e enunciativa. Os autores, explicitam em um primeiro momento a relação semântica entre domínios nocionais colocando uma situação enunciativa zero (SIT0), que consiste na determinação da orientação semântica; em seguida mostram a determinação na direção dos termos na situação de enunciação um (SIT1) e, por último, a determinação da estabilidade intersubjetiva na situação de enunciação dois (SIT2). Para tanto, os autores se valem de operações complexas realizadas na parte cognitiva para construir a determinação semântica de FALSO que funciona como um marcador de dúvida e de bloqueio para a construção autêntica do termo “atestado de óbito”.

Lima (2019) realiza um procedimento atomista e observa as relações cotextuais e contextuais em enunciados com ocorrência da unidade linguística RUIM. A autora argumenta que a forma esquemática não aponta sentido para a ocorrência RUIM, mas organiza sua variação. Para Lima (2019, p. 18), “o ponto importante a destacar é que a ocorrência do adjetivo nos remete a uma noção associada a outra noção. Quando se pensa na noção de *ruim*, por exemplo, não se pensa na noção de ruim em si, mas associa-se essa noção a uma outra noção”. A autora divide as variações semânticas de RUIM em propriedades sensória, lúdica, de aferição

e RUIM em construções preposicionadas para ilustrar a variabilidade da relação de RUIM com o nome qualificado.

O procedimento de Pereira Lima (2019) consiste na atividade de glosa e contextualização dos enunciados, bem como esboça uma forma esquemática para a unidade linguística LEGAL. O autor identifica as invariantes acionadas pela unidade linguística LEGAL e analisa as operações de quantificação e qualificação acionadas por LEGAL. A análise do autor considera tanto o sentido etimológico quanto o uso social no português brasileiro, revelando uma dualidade de LEGAL entre os sentidos de lícito e de aprazível.

No que se refere a NOÇÃO e a sua mobilização, o texto de Pria e Karim (2018) sobre a unidade linguística FALSO é o mais complexo dos quatro, por abordar questões sobre operações enunciativas anteriores a materialização linguística, tratando de aspectos epilinguísticos e metalinguísticos inconscientes executados no nível mental, a fim de evidenciar o papel de FALSO em distintas situações de estabilização de sentido. Já a pesquisadora Lima (2019), analisa a construção da NOÇÃO de RUIM abordando as variações de contexto a partir das experiências e percepções subjetivas do sujeito enunciador sobre outras NOÇÕES, possibilitando uma descrição caprichada da relação entre o adjetivo RUIM e o sujeito gramatical, uma vez que tal relação pode ocorrer de maneira direta ou indireta como em “José é ruim” e “José é ruim em matemática”.

Francisconi e Pereira Lima, respectivamente nas pesquisas sobre FACA e LEGAL, mobilizam as ocorrências das NOÇÕES de um modo mais didático e propenso à prática, visto que propõem atividades com menos exemplos de enunciados tornando uma proposta de análise das unidades com um olhar para o ensino de língua materna.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização da análise comparativa, percebemos que os autores mobilizam aspectos semânticos diversos da NOÇÃO de cada unidade investigada. No estudo de Francisconi e Romero (2021) sobre FACA, a depender das outras unidades que constituem um enunciado singular, a NOÇÃO de instrumento se alterna com a do movimento desse instrumento. Para Pria e Karim (2018) a NOÇÃO de FALSO rompe ou bloqueia a construção do termo “atestado de óbito”, no que diz respeito a sua legitimidade, evidenciando um movimento de dissociação enunciativa separando perspectivas nos enunciados. Na pesquisa de Lima (2019), as ocorrências demonstram a diversidade das propriedades qualitativas da NOÇÃO de RUIM,

sendo ela valorada pelo contexto específico e pela percepção do sujeito enunciador, como em “ruim em matemática” ou “é ruim hein”. Já em Pereira Lima (2019), a NOÇÃO de LEGAL varia entre o lícito e o apazível, conforme o contexto social ou legislativo em que ocorre, podendo se adaptar para construir uma interpretação contextualizada, como em “*hardware legal*”.

A descrição das análises nos permitiu compreender a NOÇÃO como um instrumento operatório que interage com as operações linguísticas para determinar os valores das unidades numa situação enunciativa singular. Pela observação das análises, compreendemos a flexibilidade na abordagem da TOPE e nos familiarizamos em como os pesquisadores mobilizam NOÇÕES para revelar as operações predicativas e enunciativas subjacentes, que determinam a significação das unidades linguísticas.

A produção deste artigo contribuiu significativamente para a nossa formação e carreira acadêmica, pois possibilitou um aprofundamento no entendimento da NOÇÃO e estimulou o desenvolvimento de habilidades analíticas e críticas sobre pesquisas em TOPE. Essa experiência de descrição e análise consolida o nosso interesse e capacidade de analisar construções de sentidos sob a perspectiva da TOPE, além de nos preparar para futuras investigações semânticas ao contribuir diretamente para a nossa proposta de pesquisa de mestrado.

REFERÊNCIAS

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, 1999b.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. Paris: Ophrys, 1990. v. 1.

CUMPRI, M. L. Noção: do conceito à representação linguística. **Anais do VII Congresso Internacional da Abralín**, Curitiba, 2011.

CUMPRI, M. L. A linguística culioliana e seus subsídios para investigação dos mecanismos semânticos das línguas naturais. **Revista Ecos**, v. 22, p. 167-189, 2017.

FRANCISCONI, L.; ROMERO, M. Questões sobre o funcionamento semântico-enunciativo de FACA: por uma abordagem não referencial do substantivo. **Traços de Linguagem**, Cáceres, v. 5, n. 2, p. 47-58, 2021.

FRANCKEL, J. J.; PAILLARD, D. Aspecto da teoria de Antoine Culioli. In: VOGUÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean Jacques; PAILLARD, Denis. **Linguagem e enunciação**: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011. p. 87-101.

LIMA, M. A. F. O sentido em uma abordagem construtivista: buscando a identidade da unidade lexicais. In: LIMA, Maria Auxiliadora Ferreira (Org.). **Unidades lexicais: identidade e variação em uma dinâmica de interação**. 1ed. TERESINA: EDUFPI, 2019a, v. 1, p. 8-29.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007.

PEREIRA LIMA, F. A. Um estudo semântico-enunciativo da marca legal no português brasileiro: identificando a invariância nas variações. In: LIMA, Maria Auxiliadora Ferreira (Org.). **Unidades lexicais: identidade e variação em uma dinâmica de interação**. 1ed. TERESINA: EDUFPI, 2019b, v. 1, p. 8-29.

PRIA, A. D. ; KARIM, T. M. A determinação semântica de falso como gesto de dúvida (modalidade) e de bloqueio (alteridade) no acontecimento enunciativo. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, Catalão-GO, v. 22, n. 1, 2018.

REZENDE, L. M. **Léxico e gramática**: aproximação de problemas linguísticos com educacionais. Tese (livre-docência). Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2000.